



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Instalação Avícola Quinta do Cardeal

Avilourosa - Exploração Avícola de Lourosa, Unipessoal, Lda..

EIA/1783/2025

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

abril - 2026



**Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale
do Tejo, I.P**

ÍNDICE

1. Introdução
2. Período de Consulta Pública
3. Publicitação
4. Proveniência e Quantificação das Participações Recebidas
5. Análise das Participações Recebidas
6. Conclusões

Anexo I - Participações Rececionadas

Relatório de Consulta Pública

Instalação Avícola Quinta do Cardeal

1. Introdução

Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à Consulta Pública do projeto “Instalação Avícola Quinta do Cardeal” na Freguesia de Castelo, cujo proponente é a Avilourosa - Exploração Avícola de Lourosa, Unipessoal, Lda..

2. Período de Consulta Pública

Considerando que o Projeto se integra na alínea a) do n.º 23 do Anexo I do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação., a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, tendo o seu início ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2026 e o seu termo no dia 02 de abril de 2026.

3. Publicitação

Os elementos constantes do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), foram disponibilizados para consulta no portal participa (<http://participa.pt>).

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de afixação de edital na Câmara Municipal de Montijo, Junta de Freguesia de Canha, na Agência Portuguesa do Ambiente e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

4. Proveniência e Quantificação das Participações Recebidas

Durante o período de consulta pública foram rececionadas quatro (04) participações, todas provenientes de cidadãos, via plataforma PARTICIPA recebendo a seguinte classificação:

- Discordância - 03
- Concordância - 01

Salienta-se, contudo, que a participação classificada como concordante apresenta, no seu teor e conteúdo, uma posição claramente discordante relativamente ao projeto.

As participações rececionadas encontram-se em anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

5. Análise das Participações Recebidas

As participações rececionadas apresentam, de forma geral, um conteúdo de reduzida extensão, com exceção de um contributo mais desenvolvido, verificando-se uma predominância de posições discordantes face ao projeto.

Não foram submetidos pareceres técnicos formais ou contributos especializados.

A análise dos contributos permite identificar um conjunto de preocupações recorrentes, que se agrupam em três dimensões principais:

- destacam-se preocupações relacionadas com o bem-estar animal, sendo expressa oposição à produção intensiva de aves e às condições associadas a este tipo de exploração. As participações evidenciam uma perspetiva crítica quanto ao tratamento dos animais no contexto de sistemas produtivos intensivos;
- são apontados potenciais impactes ambientais, nomeadamente ao nível das emissões atmosféricas (designadamente amónia e gases com efeito de estufa), produção de efluentes pecuários e possível contaminação de solos e recursos hídricos. É igualmente referida a pressão sobre recursos naturais e a contribuição deste tipo de atividade para problemas ambientais de escala mais ampla;
- são identificadas preocupações relativas à saúde pública, nomeadamente no que respeita à qualidade do ar, à eventual proliferação de agentes patogénicos e ao uso de antibióticos em sistemas intensivos.

O contributo mais desenvolvido introduz ainda uma reflexão mais abrangente sobre a sustentabilidade do modelo de produção alimentar, questionando a eficiência do sistema produtivo e defendendo a transição para alternativas consideradas mais sustentáveis.

6. Conclusões

Da análise das participações rececionadas no âmbito da presente consulta pública, verifica-se uma predominância de posições discordantes face ao projeto, sendo essa tendência consistente com o conteúdo global das participações, independentemente da classificação formal atribuída.

Os contributos apresentados evidenciam uma convergência nos principais temas abordados, incidindo sobre os impactes associados à produção avícola em regime intensivo.

Não obstante o número reduzido de participações, os contributos refletem uma perceção crítica relativamente à tipologia de atividade em causa.

Responsável pela Consulta Pública



ANEXO I

Participações Rececionadas

Dados da consulta

Nome resumido	Instalação Avícola Quinta do Cardeal
Nome completo	Instalação Avícola Quinta do Cardeal, na Estrada do Peixe, Av. Barbosa do Bocage.
Descrição	O projeto contempla a instalação de nove pavilhões avícolas destinados à engorda de frangos, em regime intensivo, com uma capacidade total de 1.422.720 aves por ciclo, correspondente a 8.536 Cabeças Normais (CN). A propriedade onde se prevê a implementação do projeto possui uma área total de 528.708,00 m² e a área de construção prevista é de 78.902,47 m². De acordo com a designação das Unidades Territoriais (UT), o projeto encontra-se inserido na região estatística NUTS II “Alentejo” e na sub-região NUTS III “Península de Setúbal”. O Projeto não intersecta qualquer área sensível.
Período de consulta	2026-02-20 - 2026-04-02
Data de início da avaliação	2026-04-03
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Licenciamento Único de Ambiente
Sub-tipologia	
Código de processo externo	PL20250723007520
Entidade promotora do projeto	Avilourosa – Exploração Avícola de Lourosa
Entidade promotora da CP	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
Entidade coordenadora	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
Técnico	Rafael Fernandes

Eventos

Documentos da consulta

Anúncio de Abertura de Consulta Pública	Edital / Aviso	Anúncio_CP_Exploração_Avícola_de_Lourosa.pdf
LUA Anexo 8 - Medidas de racionalizaç	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9e390d9c9d9e38a6f12e87df60b5c750

ão dos consumos energéticos	
Informação Georreferenciada - Polígonos	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cf8c4d15001aa4adecd8e998aebe5614
Volume II - Resumo Não Técnico	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=48fbf73be16798bca345e09f61ed43f
Volume II - Resumo Não Técnico v2	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=33aa1f726b5d1a6cd41ffb4614bddbc8
Volume I - Relatório Síntese v2	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2b6fea5136e24b633d3ff739ffa06c72
Informação Georreferenciada - Linhas	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2c4314f043a3486e5d81695a18baa39f
Respostas ao Pedido de Elementos Adicionais (PEA)	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=786dee57cc1da56b4e2c4c5a8503c7d
Complemento ao Relatório descritivo do EIA	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2853505929670e756bd33aba1e914451
LUA Anexo 6 - Medidas preventivas previstas para a mitigação da contaminação de solos e águas	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=dbd712d5cb55a65ceda49ff3b683edb0
Projeto de	Documeto https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6c6681d7ff28e

Execução	nto	ab26c3bc512012ee64a
LUA Anexo 12 - Plantas, corte e alçados do edifício de armazéns (com salas de armazenamento de resíduos)	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8a3ef2ac7113c6ba3e32f3517fd1a153
LUA Anexo 4 - Lista de processos tecnológicos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=15df9678ed059999013d3205a2def65e
Desconhece-se a existência de qualquer licenciamento.	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4ef605fc03f895309622c35c27cdf6d8
Volume III - Anexos v2	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2c7d82fc7932f6918c1e33648a13c97
LUA Anexo 10 - Rede de drenagem e armazenamento de águas residuais	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=97b773282833b130bfdcfe57338e3377
LUA Anexo 7 - Medidas a adotar na fase de desativação	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=badeeab8a4ad79bdfb7b88ceb6af5ff9
LUA Anexo 3 - Listagem de máquinas e equipamentos	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6d1af25d0d93bdfd0baa2e2e64187afe
Volume I - Relatório	Docume nto	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=976d2b4a66d1466a46bad8211890ee3a

Síntese

Projeto de Execução v2	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2879f9556ea2dbd15707a9077d2527a5
LUA Anexo 5 - Fluxograma do processo produtivo	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=57e54ec9d21b18a91d32417eb24d26a9
LUA Anexo 11 - Identificação dos resíduos produzidos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1fcc0499ebc7c7408679e19a9b5d3d4a
LUA Anexo 1 - Pedido de Informação Simples	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6eb10cd97e4391a5ce4acdcbd326e0a
Desconhece-se a existência de qualquer licenciamento.	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=9e58ab2a462415ffeb736967cf5164f5
LUA Anexo 9 - Medidas de racionalização dos consumos de água	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a9a4bbb1a35fbc4961a33408c57d45e1
LUA Anexo 2 - Descrição detalhada da instalação	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cc5d467088b674cf5fd82784d09152c7
Volume III - Anexos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c516a9356d561abab57053a27cf15eb9
Anexos das Respostas ao PEA	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fc691a4df71ba65c8d5d6bb7f1ca0a58

Nº Participações	4
Nº Seguidores	5

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	1
Discordância	3
Geral	0
Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	0

Participações

ID 110120 Carla Sofia Salas em 2026-03-31

Comentário:

Este é um projecto que visa destruir o meio ambiente, produzir animais como coisas para serem tratados como lixo, mortos em prol da riqueza de alguns

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 110119 Vera Oliveira em 2026-03-31**Comentário:**

Vai ser mais uma empresa a enriquecer às custas do sofrimento animal e de fundos públicos, para não falar da insalubridade e poluição! Não à pecuária intensiva!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 109922 Bruna em 2026-03-26**Comentário:**

Discordo desta crueldade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 109911 Emanuel Monteiro Candeias em 2026-03-25**Comentário:**

Saudações, Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao projeto de instalação avícola da Quinta do Cardeal, no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Este tipo de exploração intensiva levanta preocupações sérias e fundamentadas em três dimensões centrais: ambiental, ética e de saúde pública.

1. Impacto ambiental significativo e cumulativo A produção avícola intensiva está associada a emissões relevantes de amónia (NH_3), gases com efeito de estufa e poluentes atmosféricos, bem como à contaminação de solos e recursos hídricos por efluentes e nitratos. Mesmo quando considerados “minimizáveis”, estes impactos acumulam-se territorialmente e contribuem para a degradação dos ecossistemas, perda de biodiversidade e agravamento das alterações climáticas. Num contexto de emergência climática, a expansão de sistemas intensivos de produção animal é incompatível com os compromissos ambientais nacionais e internacionais.

2. Uso ineficiente de recursos e modelo alimentar insustentável A produção de proteína animal é intrinsecamente ineficiente, exigindo elevados consumos de água, energia e recursos agrícolas, quando comparada com alternativas de base vegetal. De acordo com princípios amplamente reconhecidos na transição para sistemas alimentares sustentáveis, como os promovidos pelo Plant Based Treaty, é essencial reduzir progressivamente a dependência da produção animal intensiva e promover sistemas alimentares baseados em plantas, mais eficientes, resilientes e alinhados com os limites ecológicos do planeta.

3. Bem-estar animal e considerações éticas Independentemente das medidas de mitigação propostas, a produção intensiva implica a criação de centenas de milhares de animais em condições de elevada densidade, limitando comportamentos naturais e promovendo sofrimento sistémico. Uma sociedade que evolui no sentido da

sustentabilidade deve também incorporar uma ética de respeito pelos animais, reconhecendo-os como seres sencientes e não como meros recursos produtivos.4. Riscos para a saúde públicaA concentração de animais em sistemas intensivos está associada ao aumento do risco de disseminação de doenças, uso de antibióticos e potenciais impactos na saúde humana, nomeadamente através da qualidade do ar e da água nas áreas envolventes.5. Necessidade de mudança de paradigmaO próprio processo de Avaliação de Impacte Ambiental existe para apoiar decisões que equilibrem interesses económicos e ambientais . No entanto, face aos desafios atuais, esse equilíbrio deve evoluir para uma transformação estrutural dos sistemas produtivos. Assim, em vez de apoiar a expansão deste tipo de exploração, considera-se que os instrumentos públicos deveriam privilegiar: a transição para sistemas agrícolas sustentáveis e regenerativos a promoção de produção alimentar de base vegetal a redução da pressão ambiental associada à pecuária intensiva Conclusão Face ao exposto, considera-se que o projeto em causa não deve ser aprovado, por não se enquadrar num modelo de desenvolvimento sustentável, resiliente e eticamente responsável. Com os melhores cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:
